



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search  
<http://ageconsearch.umn.edu>  
[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**SISTEMAS DE PRODUÇÃO E COMPOSIÇÃO DA RENDA EM ÁREAS DE  
REFORMA AGRÁRIA: O CASO DE DOIS ASSENTAMENTOS EM ILHÉUS (BA)**

**ANA MÔNICA HUGHES DE PAULA;**

**SEI**

**SALVADOR - BA - BRASIL**

**anamonica@sei.ba.gov.br**

**APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR**

**REFORMA AGRÁRIA E OUTRAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA**

**Sistemas de produção e composição da renda em áreas de reforma agrária: o caso de  
dois assentamentos em Ilhéus (BA)**

**ÁREA DE SUBMISSÃO DO ARTIGO:** Área 10 - Reforma Agrária e Outras Políticas de  
Redução da Pobreza

**FORMA DE APRESENTAÇÃO:** Apresentação com presidente da sessão e sem a presença  
do debatedor

## **Sistemas de produção e composição da renda em áreas de reforma agrária: o caso de dois assentamentos em Ilhéus (BA)**

### **RESUMO**

O trabalho analisa os diferentes sistemas de produção implementados por famílias em dois projetos de assentamento no município de Ilhéus, na Bahia. A metodologia empregada baseia-se na abordagem sistêmica, reconstituindo-se a evolução do sistema agrário do território, identificando e quantificando as rendas agrícolas e não-agrícolas. Caracteriza os sistemas de produção praticados pelos assentados e suas famílias, bem como apresenta a sua tipologia. As informações foram obtidas através de dados secundários e de uma pesquisa de campo realizada junto a 35 famílias. Trata-se especificamente de comparar a renda de 23 famílias de um assentamento (Frei Vantuy), em implantação, com a de 12 famílias de outro assentamento (Fábio Henrique), em consolidação. Os dois assentamentos contavam com equipe de assistência técnica, infraestrutura e crédito instalação liberado. Os resultados evidenciaram 04 sistemas de produção típicos entre os diversos atualmente trabalhados pelos assentados no município, em grande parte relacionados com as culturas de cacau, sistema agroflorestal e sistema quintal, além de evidenciar a importância das rendas não-agrícolas na composição da renda total dos agricultores familiares de um território fortemente marcado pela pluriatividade.

**Palavras-chave:** assentamentos, sistemas de produção, renda.

### **1. INTRODUÇÃO**

A cacauicultura baiana foi implantada, no litoral sul baiano, na segunda metade do século XVII, em substituição às antigas plantações de cana-de-açúcar, que haviam fracassado. A lavoura encontrou condições favoráveis e sua produção desenvolveu-se nas décadas seguintes, tornando-se monocultura importante para a Região Cacaueira, assim definida pela CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, que incluiu parte do Espírito Santo. Depois da doença denominada *vassoura-de-bruxa* (*Crinipellis perniciosa*), registrada pela primeira vez em 1989, a lavoura sofreu novas alterações na sua estrutura econômica, ocasionando uma reorganização espacial do território.

Nesse contexto, este artigo apresenta um estudo sobre a composição de renda na organização familiar, incluindo atividades rurais não agrícolas, em dois assentamentos de reforma agrária, no território Litoral Sul. Identificando a importância da pluriatividade nos diferentes sistemas de produção, busca-se relacionar itinerários técnicos agrícolas com aspectos socioeconômicos.

A utilização do enfoque sistêmico no estudo da pluriatividade revela instrumentos de análise, na medida em que se comparam sistemas de produção pluriativos com outros sistemas. Além disso, esse método recupera a memória do objeto em estudo com a finalidade de explicar o presente, viabilizando respostas a certos fenômenos atuais.

Observa-se a forma de organização e o funcionamento da agricultura familiar, identificando seus principais obstáculos, bem como suas potencialidades associadas aos sistemas de produção utilizados em cada assentamento. Esta pesquisa não apresenta de forma completa a

renda dos agricultores familiares, tampouco pretende esgotar o assunto acerca da problemática estudada. Contudo, o diagnóstico demonstra a situação atual e pontual da atividade familiar na composição das rendas.

Considerou-se como unidade de análise o trabalho familiar com base na agricultura, com hábitos sociais, técnicos e econômicos comuns, permitindo compreender a diversidade e complexidade da realidade rural dos assentamentos. Esse universo é bastante heterogêneo, seja do ponto de vista econômico, social ou cultural. Através de uma análise dinâmica, aborda-se o funcionamento da realidade agrária e a evolução das condições existentes, verificando-se a coerência entre o modo de exploração do meio ambiente e as condições técnicas e econômicas implementadas pelos agricultores. Ao se adotar a metodologia denominada Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários, manifesta-se um comprometimento com o enfoque sistêmico. Com base nesse enfoque, a unidade de produção familiar é considerada como um sistema dotado de diversidade.

A abordagem sistêmica permite visualizar a inter-relação e o processo de desenvolvimento de cada sistema de produção. Isso é possível pelo estudo histórico do estabelecimento, fazendo-se prognósticos a partir dos atuais sistemas de produção. Dessa forma a metodologia utilizada possibilita desenvolver alguns mecanismos e sinaliza propostas de desenvolvimento para prevenir possíveis impactos negativos na realidade socioeconômica estudada (INCRA/FAO, 1999).

Por não considerar os agricultores, mesmo aqueles situados em um Projeto de Assentamento – P.A. como um conjunto homogêneo, aos quais se pode propor pacotes tecnológicos uniformes, abordam-se as lógicas de funcionamento da realidade agrária e a evolução de suas condições de existência, identificando-se a coerência interna do modo de exploração do meio ambiente e das condições técnicas e econômicas implementadas pelos assentados.

Paulatinamente, são apresentados os diagnósticos das áreas estudadas (P.A. Frei Vantuy e P.A. Fábio Henrique Cerqueira); informações gerais do assentamento; formas de ocupação do espaço; tipologia dos sistemas de produção; tipologia de produtores, bem como se discutem os entraves enfrentados pelos principais sistemas de produção em cada assentamento e diretrizes para o seu planejamento.

## **2. METODOLOGIA**

Através dos procedimentos metodológicos adotados na elaboração desta pesquisa foi possível alcançar os objetivos propostos. Assim, o método utilizado para caracterizar o objeto em análise é fundamentado em conceitos e características elaborados a partir da abordagem sistêmica.

A partir do diagnóstico, pode-se fazer a diferenciação dos agricultores em tipos distintos levando em consideração as particularidades ambientais e socioeconômicas que atuam ao longo do tempo influenciando e condicionando a agricultura em determinado espaço geográfico. Diante da constatação que as políticas de desenvolvimento, baseadas em pacotes tecnológicos *prontos*, atendem a apenas uma parcela de agricultores, há a necessidade de identificação dos diferentes tipos de agricultores, com finalidades e limitações, antes mesmo de qualquer proposta de intervenção visando ao desenvolvimento rural.

Com efeito, esses conceitos permitem explicar os fluxos internos que orientam, e muitas vezes, condicionam a realidade agrária. De forma a não incorrer em erros, a agricultura não deve ser tratada como uma justaposição de atividades produtivas e fatores de produção, mas como um sistema organizado em torno de interações entre seus componentes. Para tanto, o estabelecimento rural deve ser considerado como um conjunto, isto é, nas inter-relações existentes entre seus elementos, para depois analisá-la em suas partes. Ou seja, procura-se conhecer o geral (o território onde está inserida o objeto em estudo) para melhor compreender o particular (a unidade familiar).

Assim, a unidade produtiva, tida como um sistema de produção, constitui-se em um conjunto de elementos que se encontram em fluxos. Tais elementos são: os insumos; os serviços e produtos que são transformados, estocados, consumidos ou vendidos; os meios de produção que são os animais, instalações, máquinas e equipamentos e a força de trabalho. Dessa forma, a depender da finalidade atribuída pela categoria do sistema, estes elementos serão organizados de maneira que melhor atendam suas funções.

Vale ressaltar que, da mesma forma que se deve hierarquizar as escalas de análise, mundial, nacional até chegar no objeto em estudo, é necessário conhecer sua relação com o passado, sua importância com os aspectos históricos; isto é, o método situa o objeto em análise, tanto no espaço quanto no tempo.

Outra característica do enfoque sistêmico é a amostragem dirigida, ou seja, o método utiliza amostragens não-aleatórias, objetivando analisar a diversidade e a complexidade dos fatos mais importantes que ocorrem e ocorreram. Dessa maneira, a determinação da amostra está diretamente relacionada com as características da realidade. Assim, é importante a escolha de produtores e sistemas de produção que caracterizam a diversidade do assentamento estudado, mesmo que estes sejam pouco representativos do ponto de vista estatístico (Dufumier, 1996).

A unidade familiar é o centro de toda essa reflexão, uma vez que é onde se dá o processo de articulação e de produção agrícola. Também é o local onde se relacionam os elementos socioeconômicos e técnicos, sob a direção do agricultor e sua família, sendo estruturados e organizados em função de finalidades atribuídas por estes (Dufumier, 1996).

### **3. AGRICULTURA FAMILIAR COMO UNIDADE DE ANÁLISE**

A agricultura no Brasil, até a década de 1980, era tida e localizada numa grande propriedade, sendo produzida em grande escala e, prioritariamente, era destinada ao mercado externo. Após uma década, a agricultura familiar começa a ganhar importância, visto que a agricultura baseada no grande aporte tecnológico e no uso de grande extensão de terra ameaça o emprego agrícola. Dessa forma, várias definições abrangem a importância que a agricultura de base familiar possui para o desenvolvimento socioeconômico do mundo rural brasileiro. Tal importância está relacionada à geração de emprego (agrícola e não-agrícola), produção de alimentos, renda e ao desenvolvimento local, sendo que, estes constituem os principais elementos do equilíbrio no meio rural, tornando-o dinâmico e capaz de manter a sua população.

A todo o momento surgem novos conceitos com a finalidade de caracterizar a agricultura familiar. Os agricultores familiares já foram denominados de colonos, camponeses, pequenos produtores, dentre inúmeras definições. Para muitos, o conceito de agricultor familiar envolve

todas as definições anteriormente citadas. Contudo, este conceito é muito amplo, dificultando o seu entendimento. Muitos dos conceitos ou classificações dos agricultores diferem entre si em virtude do objetivo para o qual foram criados ou pelos dados disponíveis existentes para delimitá-los.

As definições sobre agricultura familiar são geralmente estruturadas, com base em algumas variáveis relacionadas ao tamanho da propriedade, à renda gerada pela produção agrícola, à gestão das atividades, entre outros. Para uma propriedade agrícola ser enquadrada no PRONAF, esta deve respeitar alguns requisitos, tais como: utilizar mão-de-obra familiar e que tenham no máximo dois empregados permanentes. Também não devem ter áreas superiores a 4 módulos fiscais, e, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual proveniente da atividade agropecuária, pesqueira e/ou extrativista.

Através do Projeto de Cooperação Técnica - PCT realizado entre o INCRA e a FAO, o universo agrícola familiar é definido como sendo estabelecimentos agrícolas cuja gestão dos trabalhos é exercida pelo agricultor, e em que o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Além disso, estabelece o tamanho máximo da propriedade em consonância com as características regionais (INCRA/FAO, 2000).

Além destas definições, existem outras que vêm sendo adotadas por estudiosos do assunto, como Graziano da Silva e Ângela Kageyama, entre outros. Contudo, entre as definições estudadas existe um ponto comum para diferenciar a agricultura familiar das demais formas de exploração da terra. O ponto que a distingue das demais é a participação da mão-de-obra familiar no processo produtivo dentro da propriedade.

Para Abramovay (1997), a agricultura familiar é assim denominada quando a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm laços de sangue ou de casamento entre si. Para Wanderley (1996) a agricultura familiar representa a estrutura que ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e assume os trabalhos no estabelecimento produtivo.

De acordo com Moraes (1999) a agricultura familiar é representada por estabelecimentos em que sejam predominantes a interação entre gestão e trabalho; a direção da estrutura produtiva pelos proprietários; ênfase na diversificação dos recursos; e, o trabalho familiar complementado pelo assalariado.

No *Novo Mundo Rural*, política de reforma agrária implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, não diferencia mais agricultor familiar de agricultor assentado. Segundo Teixeira (1999), o nivelamento conceitual entre o agricultor familiar comparado ao agricultor assentado, implica a perda da condição de produtor especial até então reservada aos trabalhadores de assentamento de reforma agrária. A transformação do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA em PRONAF representa uma maneira imperativa de minimizar a diferença entre estes dois tipos de agricultores, uma vez contemplados pelo mesmo crédito, são beneficiados por linhas de financiamento distintas.

Os assentamentos de reforma agrária se caracterizam pela utilização da mão-de-obra familiar (INCRA, 1988), razão pela qual podem ser enquadrados no modelo de agricultura familiar, que segundo o Relatório da FAO apresenta diversas vantagens quando comparado ao modelo de agricultura patronal, dada a sua ênfase na diversificação e maleabilidade de seu processo decisório.

#### 4. EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A forma de ocupação do Brasil colônia, notadamente através do regime de Sesmarias, privilegiou o processo de concentração fundiária, uma vez que beneficiou uma minoria. No regime de Capitâneas Hereditárias, a infraestrutura montada pelos portugueses baseava-se na grande propriedade e na exploração da monocultura da cana-de-açúcar. Esta exploração ganhou vulto na região Nordeste, devido às condições climáticas, capacidade de uso do solo e relevo plano, facilitando o manuseio da colheita. De certo que, esta monocultura, escravista, já apresentava as características de uma exploração capitalista. (Germani, 1997).

O financiamento da cacauicultura, através do capital comercial, é consequência da crise da agroindústria açucareira, evidenciada a partir de 1746, com o objetivo de render mais lucros que os derivados da madeira e a exportação do açúcar. Nesse período também é observada a expropriação de terras indígenas, através da figura do *desbravador*, não necessariamente, produtor colonial, e sim exportador de madeira. Esse mesmo *desbravador* foi o responsável pela implantação de infraestrutura, com adiantamento do capital comercial. A força de trabalho era assalariada, e a pequena unidade de produção não-capitalista, que por apresentar dispersão e descontinuidade nas iniciativas de plantio, não representam peso expressivo no conjunto de produção (Baiardi, 1984).

Com a expansão da produção, a cacauicultura torna-se a base econômica do Sul da Bahia, alavancando o crescimento de atividades urbanas de comercialização de amêndoas e de tipos de bens necessários para as populações rurais. Aparecimento do produtor capitalista de amêndoa, qual seja, a conversão do desbravador para coronel, passando a residir nas cidades; para tanto era necessária à consolidação da infraestrutura, expansão da malha rodoviária (CPE, 1992).

A partir de 1930, a fisionomia da região se modifica, através da construção de equipamentos urbanos. As desigualdades sociais se acentuam, através da má distribuição de renda. Pode-se acrescer a esses fatores o mercado, como impulsionador da lavoura cacauera. Não só o fator humano foi o marco para a ascensão da lavoura, mas também a situação geográfica da área: o solo, o clima, a fauna, a flora e a vasta rede hidrográfica. O desenvolvimento comercial surgido por esses fatores, permitiu épocas de boas situações financeiras, o que facilitou a entrada de latifundiários, gerando competições de interesse econômico.

Em 1989, a infestação da cultura cacauera pela *vassoura-de-bruxa* foi a causa do declínio da produção. A queda da produtividade não somente pela praga, mas também pelas irregularidades climáticas, queda dos preços internacionais em decorrência dos elevados níveis de excedentes. A monocultura sempre conviveu com crises cíclicas. A partir do final da década de 1990, são observadas linhas de crédito com o objetivo de controlar a doença, os primeiros resultados da clonagem, seja através da CEPLAC ou com a assistência às comunidades rurais de instituições como JUPARÁ, IESB (CAR, 1997).

Esta situação levou à diversificação produtiva: banana, cana-de-açúcar, laranja, limão, tangerina, mandioca, café, feijão, milho, coco, maracujá, guaraná, abacaxi, melancia, mamão, além de palmáceas e especiarias. Observa-se o crescimento da área ocupada por pastagens, com expansão da criação extensiva de bovinos.

Segundo Asmar (1985), a interação entre os indivíduos ligados a uma organização econômica e o meio físico, além de caracterizar a região, determina sua organização em torno de uma aglomeração citadina onde desenvolvem uma rede de relações comerciais, sociais, administrativas, políticas e econômicas, inclusive os laços que mantém com o exterior.

Várias opiniões formam o contexto da Região Cacaueira na atualidade. Subsídios, isenção fiscal não significam recuperação de sistema agrário algum. É necessário planejamento e um projeto consistente que direcione a aplicação dos recursos e impulse a economia local.

A destruição de áreas remanescentes de Mata Atlântica se deu, em primeiro momento, pelo plantio da cacauicultura em forma intensiva, preconizado pelos órgãos oficiais como meio para incrementar os rendimentos físicos e elevação da receita anual dos produtores. Onde cacuais antigos, de baixa produtividade por área, são substituídos por um sistema intensivo, cujo pacote tecnológico foi vinculado à disponibilização de crédito, levando-se à substituição da mata nativa por combinações de cacau com árvores leguminosas, com uso elevado de fertilizantes e agrotóxicos superiores às práticas tradicionais.

Atribui-se também a devastação da mata nativa, à expansão das madeiras, provenientes em especial do Espírito Santo e Minas Gerais, explorando madeira-de-lei, assim como a formação de pastagens por parte dos grandes pecuaristas e a plantação de café.

Não se deve atribuir aos projetos de assentamento a responsabilidade do desmatamento da Mata Atlântica. Assim como na maioria dos estados brasileiros, a expansão das atividades agropecuárias ocorreu à custa de devastação acelerada dos recursos florestais. Como também, a expansão da ocupação urbano-industrial do estado da Bahia no século XX.

## **5. PROJETOS DE ASSENTAMENTOS E SUAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR**

A Reforma Agrária é uma questão política em qualquer país, uma vez que desponta com o próprio desenvolvimento do capitalismo, baseado na reprodução ampliada do capital e na acumulação capitalista na agricultura. Partindo disto, a Reforma Agrária foi o fator determinante que iniciou o processo de modificação fundiária mundial, como no caso do Japão, com as Forças Armadas do Gal. Mac Arthur, depois da segunda guerra mundial. Em 1949, na China Popular, os Estados Unidos implantaram leis de Reforma Agrária na Província Autônoma de Taiwan e, depois da Guerra da Coreia (1953-1956), aplicaram a Reforma Agrária na Coreia do Sul (Stédile, 1994).

Segundo Martins (1997), a questão agrária no Brasil começa a ser discutida no século XIX quando em 1822 o regime de Sesmarias foi suspenso (não eram realizadas novas concessões, embora o regime continuasse) e apenas em 1850, com o advento da Lei de Terras, foi realizado o primeiro cadastramento de terras podendo-se verificar quais as terras devolutas.

De acordo com Martins (*op. cit.*), embora seja evidente que o cerne da questão agrária não está apenas na concentração fundiária, como também em suas conseqüências sociais, um dos problemas agrários encontra-se na chamada renda da terra, através da qual as elites tendem a ser mais rentistas do que produtivas, o que é bem diferente das elites que o capitalismo criou nos países desenvolvidos.



De acordo com Stédile (1997), outros problemas podem ser denotados através de alguns fatos econômicos e sociais, tais como: a propriedade que por estar concentrada na oligarquia rural torna grande parte desta improdutiva; o que é produzido nas terras mais férteis não é destinado à segurança alimentar do País; a fome que afeta elevada porcentagem da população brasileira; êxodo rural forçado; um modelo tecnológico que vem trazendo conseqüências incontroláveis para os recursos naturais disponíveis.

Segundo Furtado de Sousa e Furtado (1998), nos anos 1990 uma nova realidade exige atenção: os assentamentos. Eles apresentam um contexto singular, o que torna o quadro preocupante. São dois projetos em confronto: de um lado o Projeto do Governo, assentamentos rurais oficialmente chamados de reforma Agrária; e de outro, o Projeto dos Movimentos Sociais. Por trás destes, duas posturas ideológicas: a do Governo numa abordagem *neoliberal*, e a do Movimento que propõe mudanças estruturais com base num projeto socialista.

De certo que não se há de esquecer por fim que historicamente os trabalhadores rurais, incluindo os assentados, têm sido educados para serem meros espectadores da sua realidade, portanto a questão agrária deve ser discutida pelos atores constitutivos deste processo.

#### 5.1. ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM ILHÉUS: PRODUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS

Este conceito ganha nuances, ora comprometido com a atuação estatal direcionada ao controle e delimitação do novo espaço criado, ora relacionada a uma especificidade do processo que originou a entrada de trabalhadores na área. Neste último ponto, a designação parece estar muito mais associada à idéia de reforma agrária do que de colonização. Segundo o Estado, a característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades de terras, onde, muitas vezes, se encontram totalmente ociosas ou com baixa utilização da produção agrícola. Portanto assentamento significa a incorporação de novas terras ao processo produtivo com a finalidade de criar empregos, distribuir renda, etc. beneficiando os pequenos agricultores (Romeiro, 1994).

De acordo com Germani (2001), os projetos de assentamento de população, em área rural, notadamente os de colonização dirigida e os de reforma agrária, significam intervenções do Estado na produção do espaço, atuando através de sua política agrária o que o transforma no protagonista desse processo. Em diferentes momentos da história, a estratégia de produção do espaço através de uma política agrária está vinculada à política dirigida pelo governo vigente. Muitas vezes o objetivo principal da política agrária não era o de promover mudanças na estrutura fundiária, mas sim de eliminar ou controlar conflitos agrários.

... se observarmos uma série histórica de criação de projetos de assentamento (...), não vamos perceber uma estratégia do Estado quanto ao seu planejamento espacial mas, antes, uma estratégia que vai sendo construída pela atuação dos movimentos, (...) não se percebe uma estratégia de atuação do Estado no sentido de gerar oferta de terra mediante uma política de reforma agrária, mas a de tentar, aos trancos e barrancos, atender à demanda dos movimentos (Germani, 2001, p.71).

De forma diferenciada, ao longo da história no que diz respeito à sua implantação o estado da Bahia tem, hoje, 141 assentamentos rurais, sob competência da Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI. Os assentamentos de reforma agrária da União, sob a competência do INCRA totalizam 438 projetos<sup>1</sup>.

Foram entrevistadas 35 famílias de produtores rurais. Além dessas, foram realizadas entrevistas e coleta de dados secundários. Ademais, foram feitas consultas a representantes dos dois assentamentos de maneira a compor os sistemas produtivos típicos destes. Embora os assentamentos rurais se situem no mesmo município, apresentam situações diferenciadas tanto em seus sistemas de produção quanto no seu itinerário técnico. Possuem particularidades em seus sistemas de cultivo, de transformação e de criação, o que acarreta níveis diferenciados de renda.

No primeiro desses casos (P.A. Fábio Henrique Cerqueira) trata-se de um assentamento, em fase de consolidação, que possui lavouras irrigadas. O segundo caso é um assentamento com pouco mais de cinco anos de criado. O que de antemão pode-se verificar é que embora os sistemas de produção se assemelhem, existe uma diversidade na composição da renda e formação do patrimônio familiar, principalmente pelo emprego de unidades de trabalho familiar (UTf).

## 5.2. TIPOLOGIAS DOS PRODUTORES RURAIS

Um elemento definidor da categoria social para a análise de sistemas agrários é a noção de trajetória de acumulação, uma vez que é capaz de refletir a perspectiva histórica da unidade de produção.

As unidades de produção podem estar num processo de acumulação, aumentando a superfície disponível e utilizada, os equipamentos de produção, benfeitorias. São unidades em processo de capitalização. Da mesma forma, as unidades de produção podem ter esgotado suas fontes de acumulação, como a fertilidade do solo, o desgaste dos equipamentos de produção, reduzindo a capacidade de novos investimentos, ou até mesmo apresentando uma *desacumulação*. São unidades de produção estagnadas ou em declínio.

Os agricultores familiares podem diferenciar-se em três categorias básicas, de acordo ao nível de capitalização, o qual, por sua vez, depende de fatores como a unidade de trabalho familiar (UTf), superfície de área utilizada, acesso ao crédito, dentre outros. São elas: familiar descapitalizado; familiar em capitalização e familiar capitalizado.

Os resultados dos assentamentos em questão permitem considerar como *descapitalizados* aquelas famílias cuja renda agrícola fica abaixo de R\$350,00 (salário mínimo) por unidade de trabalho familiar, que define o nível de subsistência. Esta categoria é composta por aqueles estabelecimentos familiares onde a renda oriunda da própria produção agrícola é muito pequena e/ou insuficiente para manter a família exclusivamente com ela.

Os *agricultores familiares em capitalização* estariam aquelas famílias cujos lotes geram uma renda por unidade de trabalho familiar entre o nível de subsistência e o custo de oportunidade

---

<sup>1</sup> Fonte: INCRA, Janeiro de 2006.

do trabalho. Nesta categoria estão presentes aqueles que têm características intermediárias entre as categorias dos agricultores familiares capitalizados e a dos descapitalizados. As características que definem esta classificação são a capacidade de produção, a vocação para a agricultura, aliadas a uma capacidade pequena de investimento, resultante de um baixo nível de capitalização e da ausência de políticas públicas adequadas.

Finalmente, as famílias *capitalizadas* obtêm uma renda superior ao custo de oportunidade do trabalho. Os agricultores que pertencem a esta categoria apresentam as melhores condições de vida entre os agricultores familiares. As diferenciações são explícitas quando são considerados a renda monetária bruta, a UTF e a quantidade de terra disponível utilizada, os níveis de produtividade das culturas e suas relações com o mercado.

O critério da renda monetária obtida pelo produtor tem relação com o processo da trajetória, uma vez que esta forma de classificação estabelece patamares de renda suficientes para a reprodução simples ou ampliada da unidade. Uma das formas de estabelecer o patamar de reprodução simples é o de determinar o custo de oportunidade do trabalho familiar rural, ou seja, definir o nível de renda monetária mínima para que os membros da família permaneçam na atividade rural.

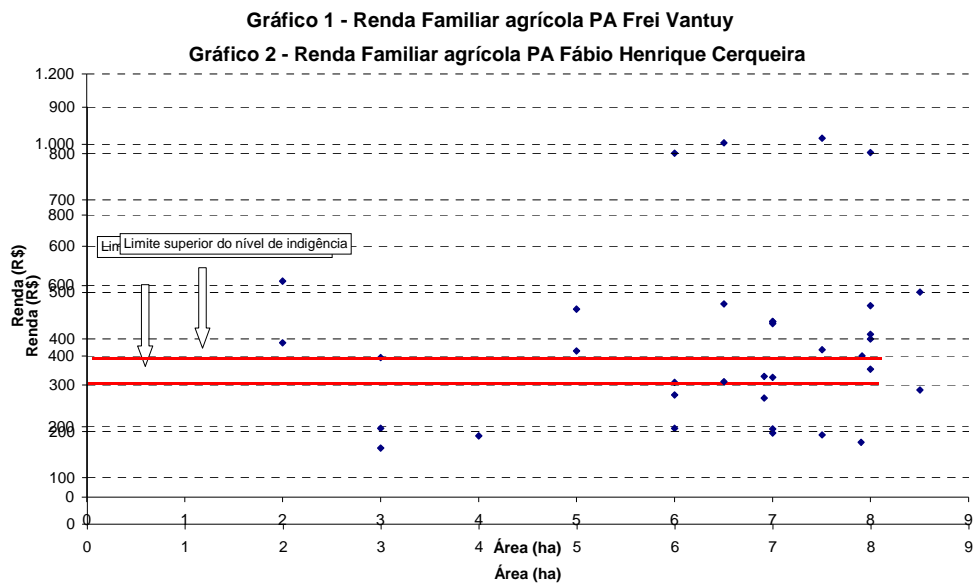
A variável *renda*, por sua grande significância, foi analisada detalhadamente. Por se tratar da soma de todas as rendas obtidas pela família do agricultor pode-se considerar um bom indicador de desempenho econômico tanto em termos de eficiência como em termos comparativos, isto é, de custos de oportunidade.

### 5.3. CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO TÍPICOS DOS ASSENTAMENTOS

Para a análise dos sub-sistemas de cultivo, criação e beneficiamento, foi possível verificar a predominância de quatro sistemas de produção (dois em cada assentamento), considerados entre os mais representativos segundo os parâmetros de reprodução ampliada, reprodução simples e indigência, embora apresentem situações diferenciadas entre si, bem como no âmbito dos sub-sistemas de cada assentado. As evidências disponíveis permitem afirmar que estes sistemas de produção, cujas estruturas e lógicas de funcionamento são descritas e analisadas detalhadamente mais abaixo, representam os sistemas de produção dominantes na região.

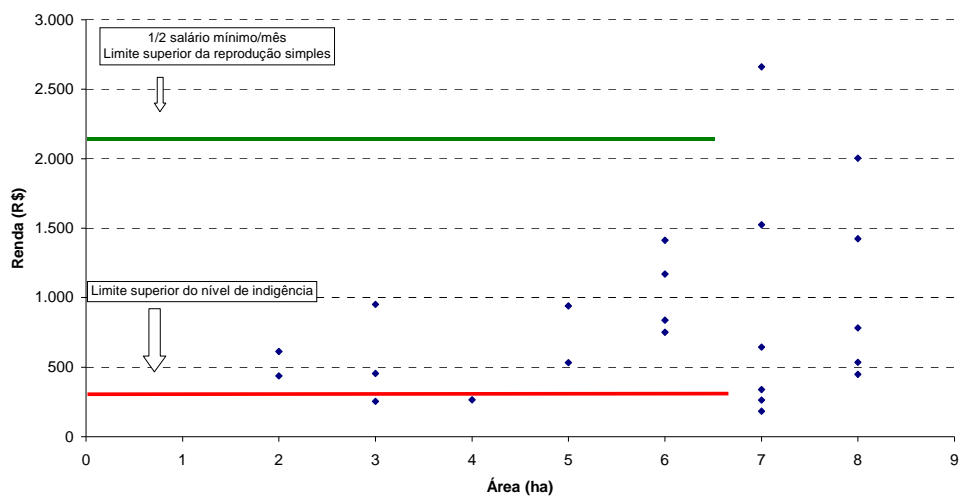
As famílias que tiveram acesso ao crédito direcionam seus investimentos à expansão de suas roças (intensificação das culturas). E com séria limitação física, os produtores rurais e suas famílias buscam complementar a renda com trabalhos extras (diaristas) para fazendeiros e frentes de trabalho das prefeituras.

Quando analisada somente a renda agrícola, todas as famílias situam-se abaixo do nível de reprodução simples.



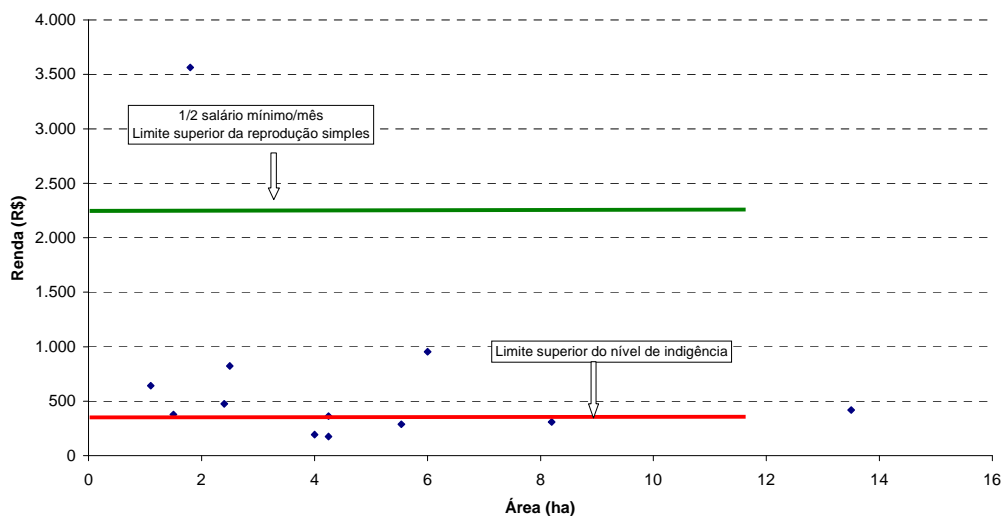
Ao considerar somente a renda agrícola, amplia-se o número de assentados inseridos no parâmetro de indigência, destacados nos gráficos acima. Tais famílias dependem ainda mais da renda proveniente de aposentadorias e das ORNA's para a sobrevivência. Além disso, em vários casos, seja nos três níveis de reprodução, a renda não-agrícola, fato verificado no PA Frei Vantuy, iguala-se ou ultrapassa a renda agrícola na composição da renda total da família.

**Gráfico 3 - Renda Familiar total PA Frei Vantuy**



Contudo ao acrescentar as rendas não agrícolas aos sistemas de produção apenas a família 10 (PA Fábio Henrique) e a família 14 (PA Frei Vantuy) atingem o parâmetro de reprodução simples. Nas duas situações, a renda previdenciária torna-se a renda principal na composição familiar.

**Gráfico 4 - Renda Familiar total PA Fábio Henrique Cerqueira**



Comparando os gráficos 1 e 2 com os gráficos 3 e 4, é possível perceber que as famílias 10 e 14 são deslocados do limite superior de indigência para o nível de reprodução simples em virtude do incremento da renda não-agrícola, seja outras rendas seja de natureza previdenciária. Isso denota uma tendência nacional onde inclusive nos assentamentos rurais as aposentadorias rurais incrementam as rendas na zona rural.

As diferenças entre as famílias são verificadas não apenas no nível de renda, seja pelas atividades agrícolas ou atividades não-agrícolas (fora da unidade familiar), mas pela diversidade de sub-sistemas e a integração entre estes.

**TABELA 1 - Tamanho da família, renda familiar total, renda familiar agrícola e renda familiar não agrícola dos produtores rurais, em 2003.**

<b>Produtor</b>	<b>Quantidade de pessoas</b>	<b>Renda total</b>	<b>Renda agrícola</b>	<b>Renda não agrícola</b>
1	9	1.731,57	1.731,57	0,00
2	5	1.813,82	1.813,82	0,00
3	10	1.763,07	1.763,07	0,00
4	8	2.314,32	2.314,32	0,00
5	5	1.539,07	1.539,07	0,00
6	6	5.726,82	1.631,82	4.095,00
7	7	2.939,07	2.230,32	708,75
8	7	2.632,82	2.632,82	0,00
9	6	3.846,10	3.006,10	840,00
10	4	14.252,82	3.332,82	10.920,00
11	3	2.470,07	2.470,07	0,00
12	5	2.375,57	2.375,57	0,00
13	3	2.252,55	975,05	1.277,50
14	3	7.985,55	1.475,55	6.510,00
15	3	4.575,43	1.495,43	3.080,00
16	6	3.208,05	2.770,55	437,50
17	1	1.412,55	975,05	437,50
18	3	6.011,55	2.931,55	3.080,00
19	7	6.666,05	975,05	5.691,00
20	5	2.663,85	2.663,80	0,05
21	6	1.594,55	1.045,05	549,50
22	5	4.699,05	2.074,05	2.625,00
23	5	4.195,05	975,05	3.220,00
24	5	1.272,55	975,05	297,50
25	3	1.363,60	1.188,48	175,12
26	4	2.450,00	2.450,00	0,00
27	4	1.750,00	1.750,00	0,00
28	4	5.693,05	2.172,05	3.521,00
29	5	3.915,10	1.815,05	2.100,05
30	4	4.679,80	1.158,80	3.521,00
31	9	1.640,05	1.640,05	0,00
32	3	1.930,60	1.493,05	437,55
33	6	1.578,80	1.158,80	420,00
34	4	1.358,30	1.358,30	0,00
35	4	1.794,05	1.794,05	0,00

Fonte: Pesquisa de campo

Das 35 famílias entrevistadas, 21 obtêm algum tipo de renda não-agrícola. Predominam serviços ligados às frentes de trabalho da prefeitura de Ilhéus, fato verificado com o PA Frei Vantuy pela proximidade do município, onde 17 famílias obtêm rendas não-agrícolas. Entre as 12 famílias pesquisadas do PA Fábio Henrique, 4 obtêm rendas não-agrícolas. Em todas as situações, a participação da renda não-agrícola na renda total é significativa, uma vez que supre as necessidades básicas familiares que em alguns períodos do ano a renda agrícola simplesmente não é capaz de satisfazer. Trata-se de estratégias de sobrevivência do mundo

rural brasileiro, onde os benefícios previdenciários são necessários para o sustento do núcleo familiar.

É grande a diversidade de produtos originários dos assentamentos, abrangendo produção agrícola, criação animal, extrativismo e outras rendas (transferências, assalariamento e aposentadorias). O quadro abaixo apresenta, para cada assentamento, os sistemas típicos observados por grupos de produtores rurais.

No sistema quintal destaca-se a criação de aves (carne e ovos) destinada para consumo e venda, o cultivo de horta que são vendidas individualmente nas feiras próximas aos assentamentos e plantação de mandioca. Como não existe sistema de beneficiamento, em Frei Vantuy, a produção de mandioca é incipiente, destinada totalmente ao consumo. No caso de Fábio Henrique Cerqueira, a existência de uma casa de farinha permite, assim como o consumo, a sua comercialização. A cultura predominante nas áreas é o cacau, tanto no sistema *cabruca*, como o sistema sombreado com *Eritrina*.

**QUADRO 1 - Equações dos sistemas de produção dos assentamentos Fábio Henrique e Frei Vantuy**

<b>FÁBIO HENRIQUE</b>	$SP1 = Ser + Agro. + CauBan + Q + RNA$
	$SP2 = Ser + CauBan + Den. + Q + RNA$
<b>FREI VANTUY</b>	$SP1 = Ser + CauBan + Q + RNA$
	$SP2 = CauBan + Ser. + Agro. + Bov. + Q + RNA$

Fonte: Pesquisa de campo

Onde: Ser. = Seringueira; Cau = cacau; Q = sistema quintal; CauBan = consórcio cacau banana; Den = dendê; Bov = pecuária bovina leiteira; Agro. = sistema agroflorestral (jaca, jenipapo e cajá).

As equações lineares de cada sistema de produção, acima descritas, são obtidas a partir dos cálculos de seus sub-sistemas. Para cada sistema são verificadas as relações de renda e unidade de trabalho familiar (RT/UTf) e área e unidade de trabalho familiar (Sau/UTf) distintas, onde os sistemas são mais intensivos em trabalho (maior RT/UTf e menor Sau/UTf) ou mais intensivos em área (menor RT/UTf e maior Sau/UTf) (Machado, 2000).

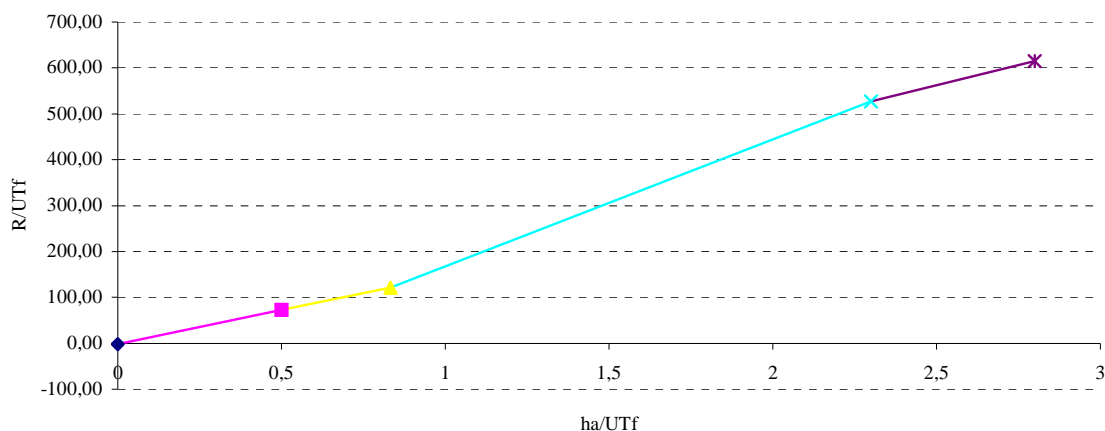
Nos gráficos abaixo, essa intensidade é verificada. As curvas mais próximas à ordenada representam os sistemas mais intensivos em renda, enquanto as curvas mais próximas à abscissa representam os sistemas de produção mais intensivos em área.

**5.3.1 Curvas dos Sistemas de Produção**

A família 3, do PA Fábio Henrique, é aquela inserida no nível de indigência. O sistema de produção é constituído por seringueira, sub-sistema agroflorestral, cacau-banana e quintal, totalizando uma área de 7,9ha. A renda agrícola anual dessa família é de R\$1.763,07, correspondendo à renda total. Trata-se de uma família de 10 pessoas, mas apenas 5 UTf atuam no sistema de produção, o que significa uma renda *per capita* de R\$176/ano. É um caso extremo de indigência, embora haja uma integração nos seus sub-sistemas. O produtor comercializa as amêndoas, banana e frutas, látex extraído da seringueira através da associação

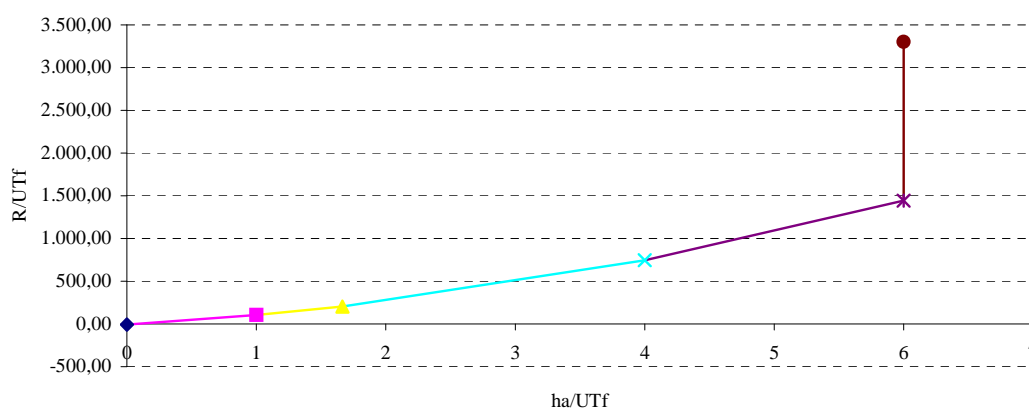
do assentamento ou vende na feira local do município de Buerarema. Não exerce qualquer tipo de atividade não-agrícola.

Gráfico 5 - Curva do Sistema de Produção da Família 3



As famílias 10 e 14 dos assentamentos Fábio Henrique e Frei Vantuy, respectivamente, são aquelas que, agregando-se outras rendas não-agrícolas situam-se no parâmetro de reprodução simples. A família 14 tem uma renda total em torno de R\$7.985,55/ano, embora não apresente o sistema de produção mais diversificado em relação àqueles situados no nível de indigência, pois apresenta uma renda anual de R\$2.662,00 / UTf, com uma família de 3 pessoas e 2 UTf, numa área de 7ha. A família tem em seus sub-sistemas seringueira, frutíferas, cacau-banana, sistema quintal, comercializados em Ilhéus.

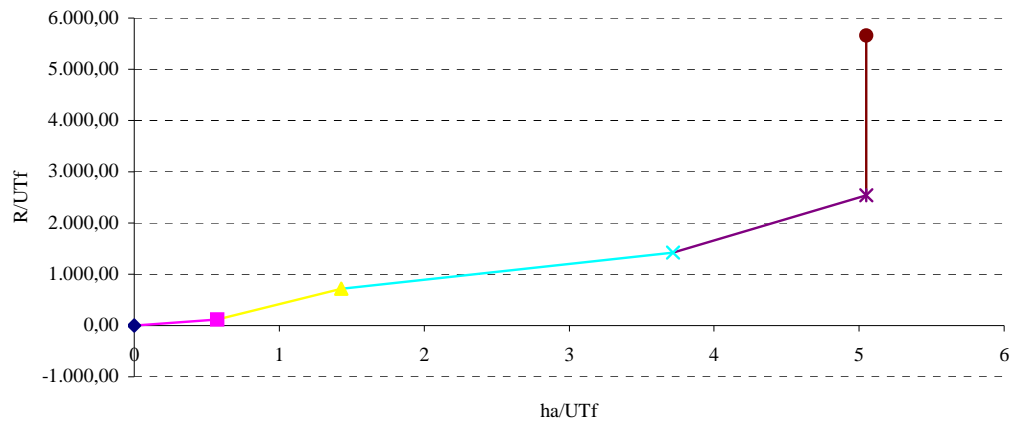
Gráfico 6 - Curva do Sistema de Produção da Família 14



A família 10 tem uma renda total em torno de R\$14.252,82/ano, com renda per capita anual de R\$3.563, com uma família de 4 pessoas e 2,5 UTf, numa área de 7,5ha. A família tem em seus sub-sistemas seringueira, dendê, cacau-banana, sistema quintal, comercializados em Buerarema.



Gráfico 7 - Curva do Sistema de Produção da Família 10



A intensidade da luta pela terra no país, os conflitos sociais verificados e a concentração em determinadas regiões, nos casos acima analisados onde os sistemas produtivos das antigas propriedades encontravam-se em crise, culminam com a ação do Estado que cria vários assentamentos num mesmo município e, por conseguinte, cria uma nova dinâmica na região em que se inserem.

Um fator a ser destacado é a mobilidade horizontal dos assentados, ou seja, a grande maioria é originária do próprio município em que se localiza o projeto. Isto vem confirmar uma outra característica da reforma agrária: instrumento essencial para desenvolvimento local de municípios, na medida em que pode ser utilizada para minorar a falta de emprego e inchaço urbano. Os assentamentos rurais constituem hoje numa estratégia de fixação do homem no campo, geração de emprego e ponto eficaz de desenvolvimento rural, mesmo aquelas propriedades consideradas de baixa produtividade (Machado, 2000).

Uma vez assentada, é possível para a população rural centrar sua estratégia de reprodução familiar no próprio lote, possibilitando associar às atividades nele desenvolvidas várias outras, em muitos casos dando sustentabilidade à produção agrícola.

Os produtos com maior área média explorada nos assentamentos são: cacau, banana, seringueira. As frutas, jaca e cajá, não possuem uma superfície plantada e sim estão dispersas pela Reserva dos assentamentos ou entre os cacauais. É interessante notar que o cacau, sistema agroflorestal, e a banana são em sua maioria produtos para serem comercializados. Outra constatação é que a produção do quintal (mandioca, milho, feijão e frutas), em sua maioria são para consumo próprio.

As curvas dos sistemas de produção do PA Frei Vantuy são mais intensivas em trabalho e capital, com menos superfície utilizada. Já no PA Fábio Henrique as curvas dos sistemas de produção são mais intensivas na utilização de área.

Os rendimentos brutos anuais da família, apresentados para o conjunto da amostra, no P.A. Fábio Henrique situaram-se entre R\$1.539,07 e R\$14.252,82; e no P.A. Frei Vantuy entre R\$1.272,55 e R\$7.985,55, valores mínimo e máximo, respectivamente.

Os dois assentamentos responderam por uma receita anual de R\$118.095,25. Essa composição mostra-se diferenciada nos P.As. analisados na pesquisa: a renda do lote (quando considerado individualmente) é mais significativa em Frei Vantuy e pouco expressiva em Fábio Henrique. O interessante a observar, nesse aspecto, é que nas diferentes fases do assentamento (implantação e consolidação) as dimensões econômicas apresentam cenários diversos.

Em valores médios, cada família do P.A. Frei Vantuy gera em média R\$3.247,40 anuais, sendo R\$732 por UTF; enquanto no P.A. Fábio Henrique esses valores são respectivamente R\$3.617,09 e R\$578,73.

No assentamento Frei Vantuy a renda agrícola anual fica em torno de R\$37.309,86, sendo R\$1.622,17 por família; a renda não-agrícola é de R\$37.380,27. Enquanto no assentamento Fábio Henrique Cerqueira, a renda agrícola anual é de R\$26.841,37 e a renda não-agrícola é de R\$16.565,75, tendo os valores médios por família na ordem de R\$2.236,78 e R\$1.380,31, respectivamente.

A contribuição do trabalho proposto possibilitou, através da identificação dos sistemas de produção implementados pelos assentados nos projetos, evidenciar potencialidades e alternativas dos sistemas de produção típicos dos assentamentos, contudo é necessário registrar as ressalvas metodológicas referentes ao cálculo da renda, por sua definição e abrangência, especialmente no que diz respeito à mensuração do autoconsumo.

Infelizmente não foi possível ter acesso aos números relativos ao destino dos produtos comercializáveis. No entanto, conforme a planilha apresentada pelas associações, observa-se a predominância de atravessadores, confirmando uma tendência nacional não só para assentados, mas para pequenos agricultores em geral que têm no escoamento da produção agrícola um dos maiores redutores de sua renda. Em decorrência da área limitada dos lotes das famílias, o efetivo animal é composto por aves e algumas matrizes de gado de leite, adquiridas através do Crédito Apoio. Portanto, não somente visualizada em assentamentos como também no meio rural como um todo, a reprodução das unidades familiares ultrapassa a dimensão exclusivamente agropecuária.

Assim, quando são verificadas mudanças ocorridas pelos projetos de assentamento na atividade produtiva, um aspecto a ser verificado é a diversidade de produtos em áreas anteriormente monocultoras, o que significa a reconfiguração produtiva em áreas da agricultura patronal em crise, contribuindo para reorganização dos sistemas de produção familiar. Essa diversificação tem influenciado positivamente a qualidade de vida das famílias, pois coexiste a produção destinada ao autoconsumo e produtos destinados à comercialização.

Cabe salientar que a análise destes sistemas de produção possibilitou a elaboração de uma série de considerações acerca da situação atual e das perspectivas de desenvolvimento dos assentados que implementam tais sistemas de produção. A baixa renda obtida e a relação de dependência a que são submetidos permitem concluir que estes são incapazes de assegurar, atualmente, a sua reprodução social meramente com a obtenção de rendas agrícolas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocasionadas pela presença dos assentamentos são bastante distintas, em decorrência de contextos específicos em que estes se geraram, das trajetórias dos assentados, da diversidade e não continuidade das políticas públicas, bem como assistência técnica, nível educacional, distância à sede do município.

Um número interessante a ser destacado é a mobilidade horizontal dos assentados, ou seja, a grande maioria destes são originários do próprio município em que o projeto foi criado. Isto vem confirmar uma outra característica da reforma agrária: instrumento essencial para desenvolvimento local de municípios, na medida em que pode ser utilizada para resolver a falta de emprego e inchaço urbano. Os assentamentos rurais constituem hoje numa estratégia de fixação do homem no campo, geração de emprego e ponto eficaz de desenvolvimento rural, mesmo aquelas propriedades consideradas de baixa produtividade (Machado, 2000).

Uma vez assentada, é possível para a população rural centrar sua estratégia de reprodução familiar no próprio lote, possibilitando associar às atividades nele desenvolvidas várias outras, em muitos casos dando sustentabilidade à produção agrícola.

Partindo-se das características que a agricultura familiar, verifica-se que a gestão e o trabalho nas propriedades estudadas estão intimamente relacionadas, dado que a gerência é exercida pelo proprietário do lote ou membro da família, a condução do processo produtivo está assegurada e a ocorrência de outras rendas é usada não somente para complementar a diversificação de tarefas na propriedade, como também de sua própria sustentação.

Os produtos com maior área média explorada nos assentamentos são: cacau, banana, seringueira. As frutas, jaca e cajá, não possuem uma superfície plantada e sim estão dispersas pelo lote ou entre os cacauais. É interessante notar que o cacau, sistema agroflorestal e a banana são comercializados. Outra constatação é que a produção do sistema quintal (mandioca, milho, feijão e frutas), em sua maioria são para consumo próprio.

Embora a análise de renda de assentados seja constantemente levada a debate, por alguns, para provar o sucesso do P.A. como um todo, outros preferem pontuar a pouca eficiência dos assentamentos de reforma agrária. Aqui se optou por uma abordagem distinta, relativizando as variáveis *renda* e *sucesso*. Além de quantificá-la, o trabalho qualifica as condições de vida dos assentados, suas possibilidades de acesso a bens, serviços e fontes de financiamento e a maneira como essas famílias observam a suas trajetórias sociais.

Uma constatação decorrente dos diferentes sistemas de produção está associada às principais razões que contribuem para a redução da renda agrícola: o baixo preço pago à produção, associado à intermediação na comercialização. As atividades não-agrícolas praticadas pelos assentados normalmente são motivadas pela reduzida renda agrícola, resultando numa renda total insuficiente para atingir o nível de reprodução simples – 1/2 (meio) salário mínimo. Em virtude desta circunstância, os assentados que implementam esses sistemas de produção são forçados a complementarem a sua renda com atividades não-agrícolas e, em função disso, praticam atividades agrícolas mais extensivas em mão-de-obra. Assim, a participação de alguns membros da família em atividades não-agrícolas acarreta uma diminuição da mão-de-obra disponível para a realização de atividades agrícolas, o que obriga os agricultores a se

responsabilizarem por uma maior área agrícola - circunstância esta que não se evidencia entre os assentados que implementam sistemas de produção com elevada renda agrícola.

Embora a metodologia permita uma aproximação progressiva da realidade, considerando o instrumental de leitura da paisagem, da evolução agrária e da identificação das principais atividades agrícolas e não-agrícolas, existem alguns pontos que merecem ressaltos, tais como: a participação dos assentamentos, a multidisciplinaridade do estudo e a implementação do instrumental da pesquisa. O primeiro fator está relacionado à legitimação das informações, tendo em vista que a visão do pesquisador representa uma percepção externa dos assentamentos, enquanto que os assentados têm a percepção interna (vivência). O fator envolvendo a multidisciplinaridade da pesquisa está relacionado à forma como são trabalhadas as informações, haja vista a amplitude de fatores envolvidos (econômicos, sociais, culturais e ambientais).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Uma Nova Extensão para a Agricultura Familiar. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997. *Anais*. Brasília: PNUD, 1997. 222p

ASMAR, Selem Rachid. *Sociologia da microrregião cacauzeira*. Itabuna: Colorgraf, 1985. 106p.

BAIARDI, Amilcar *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia*. São Paulo: Hucitec, 1984. 156p.

BERGAMASCO, Sônia; FERRANTE, Vera Lúcia. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena. In: Caio Galvão de França; Gerd Sparovek. (Org.). *Assentamentos em debate*. 1a ed. Brasília, 2005, v. 1, p. 75-88

CAR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: *Sul da Bahia*. Salvador, 1997. 217p.

COUTO, Vítor de Athayde. O carro e o chocolate: dois casos de mundialização da indústria no Brasil. Salvador, 1999. *Tese* submetida à Comissão examinadora Concurso Público Professor Titular. Departamento de Economia Aplicada – UFBA, 1999.

COUTO, Vítor de Athayde; COUTO FILHO, Vítor. Novos mundos rurais e ocupação familiar. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37. *Anais*. Foz do Iguaçu, PR: SOBER, 1999.

CPE. Fundação Centro de Projetos e Estudos da Bahia. Panorama geoeconômico da região sul da Bahia. Salvador, 1992. 118p.

DUFUMIER, Marc. *Les projets de Développement Agricole*. Paris: Éditions Karthala, 1996. 354p.

FURTADO DE SOUZA, Ribamar; FURTADO, Eliane. *Reforma agrária e a intervenção participativa dos atores: uma metodologia construída no contexto dos assentamentos rurais do Ceará*. 1998. 10p. mimeo.

GERMANI, Guiomar Inez. *Assentamentos de reforma agrária: produção de novos espaços de vida e de conflitos*. Petropolis: Vozes, 2001. p.67-84.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas SP., Editora Unicamp, 1998. 217p.

GUIMARÃES. Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 362p.

INCRA/FAO. *Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: 1996. 24p.

INCRA/FAO. *Percentuais e Causas das Evasões nos Assentamentos de Reforma Agrária*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: 1998 a. 40p.

INCRA/FAO. *Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: 1998 b. 62p.

INCRA/FAO. *Guia Metodológico: diagnóstico de sistemas agrários*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: 1999. 58p.

INCRA/FAO. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: 2000. 74p.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36. *Anais*. Poços de Caldas MG, SOBER, v.2, p. 555-66, 1998 a.

MACHADO, Gustavo Bittencourt. Tendências e contradições na formação regional do Extremo Sul da Bahia entre 1950 e 2000. Salvador, 2000. *Dissertação* Mestrado em Economia – UFBA, 2000.

MORAES, Jonildo Gilson Leite. Os Aspectos da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF: O caso da região cacauzeira da Bahia. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 37. *Anais*. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

ROMEIRO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos, PALMEIRA, Moacir et al. Org.. *Reforma agrária. Produção emprego e renda*. O Relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Novos Mundos Rurais Baianos*. SEI: Salvador, 1999. 86p

SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. 199p

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20. *Anais*, Caxambu MG: ANPOCS, 1996.